

# O sector agrícola, a economia nacional e as relações de troca intersectoriais (1950-80)

## 1. INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o lugar da agricultura no desenvolvimento português após a segunda guerra mundial ressent-se muitas vezes da inadequação das categorias analíticas com que lida à realidade que procura explicar. Este problema é tanto mais relevante quanto a aceitação confiada, quando não acrítica, das categorias de análise, designadamente as económicas, influi largamente no percurso da análise empreendida quanto ao diagnóstico dos «males» tradicionais da agricultura portuguesa.

Parece, então, oportuno propor partir-se de uma pré-reflexão acerca do emprego de certas categorias de análise económica que sirva ao questionamento de algumas verdades e ao reexame de orientações de pesquisa, *sem pretensões globalizantes*, como primeiro passo de mais ousados empreendimentos neste quadro amplíssimo que é o estudo do lugar da agricultura no desenvolvimento económico do País nos últimos trinta anos.

Um ponto de partida possível é a própria identificação da agricultura (incluindo a pecuária e a silvicultura) enquanto sector (ou ramo) de actividade económica. Existe uma séria dificuldade em fazer coincidir a noção empiricamente formada do que seja actividade agrícola com a delimitação, teoricamente fundada, dos sectores de actividade económica. Com efeito, esta pressupõe um sistema económico nacional *unificado pela extensão das relações mercantis* a todos os actos ligados à produção e reprodução da existência social dos homens.

Mas, historicamente, a mercantilização de tais actividades, se é certo ter-se processado com celeridade em sede própria — a economia urbano-industrial —, viu as suas incursões em meio rural, sobretudo à medida que nos distanciamos dos centros geográficos do desenvolvimento capitalista planetário, processarem-se com bem menor pujança e êxito mais e mais duvidoso.

A aplicação, nestas condições, das categorias analíticas, próprias à economia urbano-industrial, às esferas onde a mercantilização não recobre aspectos centrais da actividade produtiva, torna-se artificiosa em demasia. Um

\* Instituto Superior de Economia de Lisboa.

Parte da pesquisa condensada no presente texto foi realizada no Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência, no quadro de um projecto de âmbito mais vasto sobre as estruturas agrárias portuguesas, orientado por Afonso de Barros.

dos problemas reside no entendimento da esfera de actividade doméstica em relação à esfera de actividade mercantil: teoricamente, para a economia urbano-industrial, a actividade doméstica é ócio, ao nível tanto da função consumo como da oferta de trabalho. E, se este postulado não é completamente pacífico, mesmo no quadro da economia urbano-industrial <sup>1</sup>, na delimitação da actividade agrícola ele torna-se inteiramente falacioso. Nas formas de produção agrícola em que predomina trabalho não assalariado e onde os principais meios de produção são, ao menos em parte, propriedade dos produtores directos, a economia doméstica coincide no essencial com a economia da empresa e a aplicação das categorias inspiradas em economia totalmente mercantilizada há-de implicar funda distorção da *lógica* de produção e reprodução dessas mesmas formas produtivas. A afectação dos factores seria baseada, como decorre da aplicação de tais categorias, na sua mobilidade, orientando-se aqueles para as diversas actividades económicas em função da remuneração a auferir: mas, quanto à agricultura, o que, na realidade, se passa é a intervenção, muitas vezes decisiva, de *vínculos não mediados pelo mercado*. Isto passa-se, por exemplo, na afectação da força de trabalho, tantas vezes feita segundo laços familiares ou de vizinhança; noutros casos, o assalariamento temporário pode derivar da necessidade de complementar a poupança doméstica com vista à capitalização da exploração agrícola; sucede também, com frequência, o acesso à terra e ao crédito ser facultado através de instâncias de âmbito local ou comunitário que pouco têm a ver com os mercados fundiário e de crédito nacionais <sup>2</sup>.

Dir-se-á que, entre nós, no decurso do século passado, a mercantilização operou com elevado êxito nos meios rurais, em todo o período da Regeneração, pelo que tais situações, a ocorrerem, mais não serão do que simples «sobrevivências». Ora, quanto a isto importa ter presente que o processo de desvinculação da terra se fez por transferência concentrada de parte substancial dos antigos domínios de mão morta para um restrito grupo de negociantes citadinos <sup>3</sup>, de tal maneira que a mobilidade do factor terra não foi realizada plenamente, em particular no Sul do País. Os proprietários foram sempre preferindo os arrendamentos das terras de curto prazo <sup>4</sup>, retendo o máximo de sobretrabalho camponês sem concessões ao lucro capitalista, facto que fortaleceu a resistência à incursão do capitalismo nos campos, bloqueando investimentos e a capitalização das empresas agrícolas. Também a comercialização da produção agrícola se fez com forte dependência dos mercados externos:

[...] a atrofia do sector industrial [...] acabou por limitar a sua extensão e tornou [o sector comercializado da produção agrícola] cada vez mais dependente dos mercados externos.

Não resistindo à concorrência estrangeira, por razões que se prendem ainda com a «imobilização da terra», os diversos ramos da actividade agri-

<sup>1</sup> Cf. J. P. Faugère, «L'allocation du temps de travail entre travail domestique et travail marchand», in *Revue Économique*, vol. 31, n.º 2, Paris, 1980.

<sup>2</sup> Harriet Friedmann, «Household Production and the National Economy: Concepts for the Analysis of Agrarian Formations», in *The Journal of Peasants Studies*, vol. 7, n.º 2, Londres, 1980.

<sup>3</sup> Armando Castro, «Bens nacionais», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, p. 332.

<sup>4</sup> M. Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, A Regra do Jogo, 1976, pp. 219-221.

cola «viram as suas possibilidades de escoamento diminuir»<sup>5</sup> à medida que se aproximava o termo do século.

Quanto ao crédito agrícola, este conheceu rápida expansão nas décadas de 60 e 70 do século passado, sendo a forte hipoteca de prédios rústicos, nesses anos, bem eloquente a tal respeito<sup>6</sup>. Mas tal tendência não se projectou com vigor idêntico neste século. A estatização do crédito agrícola implementada pelo fascismo esmagou o crédito agrícola mútuo e os pequenos bancos rurais surgidos no século XIX não vingaram:

«[...] bem pode ser considerado [o efeito do crédito de Estado] como simulação de desenvolvimento agrícola e rural quando mantém ou reforça estruturas agrárias assimétricas ao colocar à disposição de grupos sociais preferenciados novos meios de investimento financeiro de custo moderado pelo subsídio público<sup>7</sup>.

Isto é, em vez de acelerar a mobilidade da terra pelo progresso do endividamento, converteu-se antes em tábua de salvação de situações e explorações que o mercado não caucionava.

Também a usura, forma de crédito com características que permitem falar de uma relação de crédito «pré-capitalista», visto os pagamentos de juros se estabelecerem «através de relações pessoais, locais»<sup>8</sup>, manteve sempre uma importância grande, inclusive favorecida pelo sistema de crédito nacional:

«[...] até os agiotas aí o vão buscar [ao capital mutuado a taxas moderadas] para reempréstar a preços de vertiginosa altura<sup>9</sup>.

Junte-se a isto a inexistência de créditos a médio e a longo prazo<sup>10</sup>, esses, sim, alavanca de capitalização das empresas agrícolas, e compreender-se-á como a arrancada oitocentista da mercantilização da produção agrícola careceu neste século dos meios necessários ao progresso da sua extensão.

Compreende-se assim que se fale, com referência às estruturas agrárias no primeiro quartel deste século, de «tendências de penetração *limitada* das relações capitalistas, embora mais através de formas *atenuadas* e historicamente particulares, dada a natureza do sistema socioeconómico português, [sublinhados nossos]»<sup>11</sup>, o que parece consistente com a referida travagem na expansão da agricultura mercantilizada.

Em síntese, parece poder afirmar-se que, entre nós, o processo de mercantilização da actividade agrícola, encetado com algum vigor na segunda metade do século XIX, no quadro estrutural da penetração do modo de produção capitalista nos campos, perdeu pujança no dobrar do século, tornando-se irregular, dependente das vicissitudes do comércio externo e sem poder contar solidamente com a procura intermediária da indústria nacional.

<sup>5</sup> Miriam H. Pereira, *Política e Economia (Portugal nos Séculos XIX e XX)*, Livros Horizonte, 1979, pp. 27-28.

<sup>6</sup> Ver Armando Castro, *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa*, «Biblioteca Cosmos», 1974, p. 107; e E. Castro Caldas, *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Instituto Gulbenkian da Ciência (IGC), 1978, pp. 169 e segs.

<sup>7</sup> E. Castro Caldas, *op. cit.*, p. 79.

<sup>8</sup> H. Friedmann, *op. cit.*, p. 172.

<sup>9</sup> D. Luis de Castro, «Crédito agrícola democrático», citado por E. C. Caldas, *op. cit.*, p. 172.

<sup>10</sup> Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, A Regra do Jogo, 1978, p. 47.

<sup>11</sup> A. Castro, *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*, Edições 70, 1979, p. 85.

No século XX, em certas regiões e períodos, poderá ter mesmo regredido, sem que isso signifique real paragem na submissão dos campos ao capitalismo, entendida esta como crescente articulação subordinada entre agricultura e desenvolvimento capitalista de sede urbana. Mas tal não implica nem o forçoso desenvolvimento do capitalismo agrário, nem tão-pouco a mercantilização generalizada, a que corresponde o predomínio absoluto da pequena produção mercantil.

Ao contrário, devemos partir da verificação de que «o processo de trabalho agrícola é específico como reprodução da natureza e a sua concretização nunca pode fixar-se sob a forma de *mercadoria*. [...] A valorização do conjunto do processo de trabalho agrícola, no contexto da sociedade capitalista, deve ser reconduzida sobre uma fracção de actividade de trabalho, aquela ligada à produção de bens alimentares ou de produtos intermediários para a indústria»<sup>12</sup>. E, assim sendo, a subalternização desta e o privilegiar de formas de produção pouco comercializadas, sempre possível, naquela conduzem a uma integração frouxa do processo de trabalho agrícola no processo geral de valorização capitalista. Por esta via se afiguram inteligíveis alguns dos traços marcantes da agricultura portuguesa em nossos dias.

## 2. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL

Não considerando as transferências directas de capitais da agricultura para as actividades urbanas, a articulação da agricultura com o desenvolvimento urbano-industrial do modo de produção capitalista pode conceber-se estruturada nos seguintes níveis, do ponto de vista da economia nacional:

- a) Produção de alimentos para a população desligada da actividade agrícola pelo progresso da divisão social do trabalho: função *alimentar*;
- b) Produção de matérias-primas para as actividades de transformação industrial: função de oferta de *meios intermediários*;
- c) Alargamento do mercado interno: função de *escoamento* da produção industrial;
- d) Produção de força de trabalho suplementar ou reabsorção de excedentes, conforme o sinal da evolução das actividades urbano-industriais: função de *reserva* de mão-de-obra.

Estes níveis específicos de articulação devem ser relacionados com a problemática da extensão das relações mercantis à actividade agrícola, um a um, para se compreender o significado das combinações possíveis de soluções que especificam, por sua vez, diversos tipos de articulação agricultura/desenvolvimento urbano-industrial.

Função *alimentar*: alicerçado sobretudo em produções vegetais básicas na função, o *capitalismo agrário* desenvolve-se dimensionado em vastas explorações agrícolas que realizam acentuada concentração de meios produtivos. Sabe-se, porém, como este processo encontra fortes obstáculos no próprio instituto da propriedade privada da terra e no desenvolvimento das aplicações da ciência à cultura, de que «se poderia mesmo dizer que a pequena

<sup>12</sup> Christian Palloix, «Crise du procès de travail agricole et internationalisation du capital des I.A.A.», comunicação ao *Seminaire International sur l'Application de la Théorie à l'Internatization du Capital et l'Étude de la Transformation de l'Agriculture à l'Échelle Mondiale*, Paris, 1981, ed. mimeografada, pp. 6-7.

exploração estava melhor colocada para as explorar a fundo»<sup>13</sup>. É, afinal, a *pequena produção mercantil* que surge como forma mais adequada ao cumprimento desta função, em particular nas actividades pecuárias, tendo demonstrado enorme capacidade para intensificar a produção sob a pressão de tendências baixistas nos preços relativos dos produtos agrícolas. Mas, a par dela, ocorrem variadas soluções alternativas, por recurso a formas não mercantilizadas de produção de subsistências complementares do salário industrial (agricultura a tempo parcial, complementar e não autónoma), ou fora do quadro da economia nacional (importações alimentares).

Função de oferta de *meios intermediários*: as soluções neste nível configuram-se tendo por finalidade básica a compressão dos custos da produção industrial, pelo que podem ser em muitos casos terreno favorável a uma produção de baixa inserção no mercado dos factores produtivos, visto que o seu interesse não é tanto beneficiar do mecanismo da «troca desigual» como a *fuga ao funcionamento da lei do valor*, concretamente ao estabelecimento do tempo de trabalho socialmente necessário como padrão da troca de equivalentes<sup>14</sup>. Noutros casos, em que não há recurso possível a formações agrárias não mercantilizadas, é uma vez mais a *pequena produção mercantil* a solução preferenciada pelas razões já expostas, se não houver vantagem ou imprescindibilidade no recurso à importação.

Função de *escoamento* da produção industrial: aqui, a maior parte das soluções passam pela *extensão máxima da mercantilização*, com vista a criar um poder de compra alargado para os bens de consumo, pessoal como produtivo. Outras soluções podem intervir quando ocorrem factores exógenos que levem à criação de poder de compra das famílias agrícolas. Caso contrário, o terreno está aberto à institucionalização de mecanismos de transferência de riqueza do campo para a cidade, por via da degradação acentuada dos termos de troca intersectoriais<sup>15</sup>. Mas, também aqui, o predomínio do sector exportador na indústria pode abrir espaço a outras soluções.

Função de *reserva* de mão-de-obra: as formas de produção não mercantilizadas são soluções privilegiadas para produzir e reproduzir, sem custos para o capital de sede urbana, um contingente supletivo de força de trabalho para as actividades urbano-industriais, funcionando como autêntico mecanismo regularizador do mercado de trabalho não agrícola. Ao contrário, as formações capitalistas agrárias levantam o problema inverso, obrigando muitas vezes ao lançamento de obras públicas para resolver problemas de desemprego crónico ou estacional. O atrofimento desta função pode ser realizado pelo crescimento de sistemas aperfeiçoados de segurança social e/ou pelo recurso à imigração.

Sem pretender elaborar qualquer tipologia, pode tomar-se como certo que as combinações possíveis das soluções para cada nível de articulação hão-de caracterizar situações bem diferenciadas de subordinação da agricultura ao capitalismo de sede urbana e que o predomínio das formas mercantilizadas de produção familiar aos diversos níveis ocorre sobretudo nas forma-

<sup>13</sup> Claude Servolin, «L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste, in Y. Tavernier, M. Gervais e C. Servolin, *L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine*, Armand Colin, 1972, p. 44.

<sup>14</sup> Cf. H. Friedmann, art. cit. in *op. cit.*, p. 173.

<sup>15</sup> Ver Denis Cépède, «Le transfert chrématistique», in *Cahiers de l'ISEA*, vol. V, n.º 5, Paris, 1971; e Kostas Vergopoulos, «La productivité social du capital dans l'agriculture familiale», in *L'Homme et la Société*, n.ºs 45-46, Paris, 1977.

ções sociais do centro capitalista, onde a extensão das relações mercantis é máxima. Ao invés, a resistência à mercantilização cresce nas formações da periferia.

Esta indicação esquemática interessa-nos sobremaneira para a análise da situação portuguesa nos últimos trinta anos, em que ocorre uma singular combinação de formas mercantis e resistentes à mercantilização no mosaico diversificado das estruturas agrárias nacionais.

### 3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PRODUTIVIDADE E MERCANTILIZAÇÃO

Do ponto de vista da produção nacional, a importância do sector agrícola afere-se, no fundamental, e como se sabe, por:

- a) A dimensão do produto agrícola relativamente ao produto nacional;
- b) A dimensão da população activa com profissão agrícola no total da população activa com profissão.

As apreciações de ordem qualitativa estão, no essencial, circunscritas ao cotejo no tempo e/ou no espaço daquelas duas dimensões, por via da noção de produtividade<sup>16</sup>.

De forma sintética, e nesta ordem de ideias, podemos construir o seguinte quadro para o início de cada uma das três décadas últimas em Portugal.

#### O sector agrícola na produção nacional

[QUADRO N.º I]

| Indicadores |                             | 1950  | 1960  | 1970  |
|-------------|-----------------------------|-------|-------|-------|
| A           | PAB/PIB (percentagem) ..... | 31    | 23    | 15    |
| B           | PAA/PAT (percentagem) ..... | 47    | 41    | 30    |
| C           | A/B .....                   | 0,659 | 0,563 | 0,493 |

PAB: produto agrícola bruto.

PIB: produto interno bruto.

PAA: população activa com profissão agrícola.

PAT: população activa com profissão total.

Fonte: INE, *Contas Nacionais e Recenseamentos da População*.

Na linha C, o quociente A/B permite, de imediato, vislumbrar as implicações qualitativas da evolução dos valores de A e B no vinténio de 1950-70, a saber: o ritmo de acréscimo da produtividade do trabalho agrícola foi infe-

<sup>16</sup> Na tipologia clássica de Simon Kuznetz trata-se do «contributo de produto» para que se pode usar de duas medidas, a do acréscimo do produto agrícola no acréscimo agregado do produto nacional e a dos acréscimos das capitações agrícolas e não agrícolas na capitação total (produto nacional por activo). Cf. S. Kuznetz, «Economic growth and the contribution of agriculture: notes on measurements», in C. Eicher e L. Witt (eds), *Agriculture in Economic Development*, McGraw Hill Book Co., 1964 (reedição); A. Monteiro Alves e F. G. Silva, *A Contribuição do Sector Agrícola para o Desenvolvimento Económico em Portugal*, IGC, 1965; A. Cortês Lobão, «Agricultura portuguesa e integração europeia», in *Economia*, vol. III, n.º 2, 1979.

O pressuposto básico destas medidas é a extensão absoluta das relações mercantis a todos os sectores de actividade económica, até pela natureza dos agregados de contabilidade nacional que utilizam. Por economia de exposição e para discutir o alcance deste mesmo pressuposto adoptou-se uma medida do contributo agrícola para o produto algo mais condensada, mas dela derivada.

rior ao da produtividade agregada do trabalho na economia nacional, ilustrado pelo decréscimo relativo da capitação média do produto agrícola por activo agrícola em percentagem da capitação média agregada, de 66% para 49%<sup>17</sup>. Para ganhar novos elementos de análise e de conhecimento importa, porém, que nos interroguemos sobre os limites destes indicadores para descrever e fundamentar análises das realidades que designam.

Consideremos o indicador A. Desde logo avulta aí problema fundamental derivado da metodologia de cômputo. Nos valores do PAB e do PIB, elaborados pelo INE, está incluída a parcela de autoconsumo e auto-aprovisionamento das unidades produtoras agrícolas<sup>18</sup>. E, se nos reportarmos a 1968, sabemos que 71% do número total das explorações e 29% da área agrícola produziam principalmente para o autoconsumo familiar<sup>19</sup>.

Um exemplo dá-nos conta do alcance da inclusão ou exclusão do autoconsumo no produto. Partindo dos valores oficiais dos agregados considerados, vejamos o que se passa ao tomarmos alternativamente as seguintes hipóteses:

- a) A taxa do autoconsumo no PAB (tac) é constante e  $tac = 40\%$ ;
- b) A taxa do autoconsumo é variável e em 1950  $tac = 50\%$ , em 1960  $tac = 40\%$ , em 1970  $tac = 30\%$ .

Deduzamos a parcela autoconsumida dos agregados PAB e PIB (em coerência, aliás, com o princípio subjacente a estas categorias, anteriormente explicitado, de assimilar as actividades domésticas ao ócio); feitos os cálculos e mantendo-se os valores da PAA e da PAT<sup>20</sup>, tem-se:

#### O sector agrícola comercializado na produção nacional

[QUADRO N.º 2]

| Indicador C                 | 1950  | 1960  | 1970  |
|-----------------------------|-------|-------|-------|
| Segundo a hipótese a) ..... | 0,451 | 0,373 | 0,317 |
| Segundo a hipótese b) ..... | 0,389 | 0,373 | 0,363 |

Fonte: ver quadro n.º 1

Obviamente, a exclusão de parcela de autoconsumo em proporção constante nos três anos não altera o essencial da evolução retratada pelo quadro n.º 1, mas, ao tomarmos a hipótese b), o desfazamento de ritmos de crescimento das produtividades do trabalho agrícola e agregada quase desaparece.

<sup>17</sup> Recorde-se ser

$$A/B = PAB/PIB : PAA/PAT = PAB/PAA : PIB/PAT$$

<sup>18</sup> Cf. INE, *As Contas Nacionais Portuguesas: 1958-1971*, «Colecção Estudos», n.º 46, p. 8.

<sup>19</sup> INE, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968.

<sup>20</sup> O facto de se deixar «intocada» esta relação entre PAA e PAT deve-se a que a população activa com profissão em agricultura não esgota, nem de longe, toda a gama de situações em que ocorre actividade agrícola. Assim sendo, faz todo o sentido relacionar só aquela com o produto comercializado, pressupondo que as outras situações menos transparentes do ponto de vista censitário se relacionam fundamentalmente com o autoconsumo.

O exemplo não serve para sustentar que a produtividade do trabalho agrícola tenha crescido a par com a produtividade agregada no País, mas (e é deste ponto de vista que o julgamos concludente) foca o alcance da adopção do artifício da «mercantilização contabilística» da produção autoconsumida, que:

- a) No rigor dos princípios, só tem existência económica em termos de desutilidade (enquanto «ócio»);
- b) Em termos práticos, é produzida segundo uma racionalidade puramente doméstica, sem atender às indicações estritas do mercado, onde, de resto, os preços não seriam os mesmos se tal produção nele fosse lançada.

Em abono do que se acaba de escrever, repare-se que, se estudarmos a mesma relação PAB:PIB/PAA:PAT, sem dedução do autoconsumo, para os distritos do continente nos anos de 1960 e 1970, vamos encontrar maior estabilidade de valores na relação, no espaço da década, justamente nos distritos de maior comercialização do produto, notória no quadro n.º 3, apesar da insuficiência do indicador de autoconsumo a que se recorreu.

Acentue-se que o mesmo ocorre inclusivamente nos distritos mais industrializados do País, onde, conseqüentemente, o sector agrícola menos pesa na produção e na produtividade agregadas, afinal onde se esperaria maior desfazamento de ritmos dos acréscimos das produtividades do trabalho agrícola e agregada: casos de Lisboa, Setúbal e Porto.

#### Comercialização do produto e produtividade por distritos em 1960 e 1970(a)

[QUADRO N.º 3]

| Distritos              | 100-tac(b) | 1960  | 1970  |
|------------------------|------------|-------|-------|
| Aveiro .....           | 42         | 0,794 | 0,593 |
| Beja .....             | 86         | 1,000 | 0,915 |
| Braga .....            | 34         | 0,683 | 0,637 |
| Bragança .....         | 60         | 0,917 | 0,536 |
| Castelo Branco .....   | 65         | 0,854 | 0,729 |
| Coimbra .....          | 31         | 0,812 | 0,477 |
| Évora .....            | 96         | 1,095 | 1,038 |
| Faro .....             | 70         | 1,048 | 0,679 |
| Guarda .....           | 56         | 0,962 | 0,820 |
| Leiria .....           | 47         | 0,895 | 0,579 |
| Lisboa .....           | 88         | 0,583 | 0,548 |
| Portalegre .....       | 94         | 0,926 | 1,127 |
| Porto .....            | 45         | 0,774 | 0,740 |
| Santarém .....         | 73         | 1,009 | 0,816 |
| Setúbal .....          | 92         | 0,736 | 0,520 |
| Viana do Castelo ..... | 12         | 0,881 | 0,725 |
| Vila Real .....        | 55         | 0,820 | 0,692 |
| Viseu .....            | 35         | 0,944 | 0,539 |

(a) Relação PAB:PIB/PAA:PAT.

(b) A importância do autoconsumo é dada complementarmente pela percentagem da área das explorações agrícolas com mais de 50% da produção destinada ao mercado no *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente (1968)*.

Fonte: M. Pereira, *A Estrutura Agrária Portuguesa (1968-1970)*, Oeiras, IGC, 1979.

Importa também indagar da influência das marchas dos preços relativos agrícolas e não agrícolas no comportamento do indicador utilizado. No quadro n.º 4 apresentamos a relação entre o produto agrícola e o produto agregado a preços correntes dos anos considerados e a preços constantes de 1963.

**O produto agrícola bruto em percentagem do produto interno bruto**

[QUADRO N.º 4]

| PAB/PIB (percentagem)   | 1950 | 1960 | 1970 |
|-------------------------|------|------|------|
| A preços correntes..... | 31   | 23   | 15   |
| A preços de 1963.....   | 32   | 23   | 15   |

Fonte: ver quadro n.º 1.

Como se pode ver, as alterações dos preços relativos não interferiram significativamente no indicador nos anos em análise, pelo que as considerações anteriores não-de tomar-se como dizendo também respeito à evolução em volume das produções agrícola e agregada.

O que deve ser colocado no cerne da análise daquilo que atrás chamámos função alimentar é, porém, a coexistência de situações bem diferenciadas quanto à mercantilização da actividade agrícola, em particular ao nível de comercialização do produto agrícola. O confronto das marchas das produtividades do trabalho agrícola e agregada para averiguar do bem fundado da acusação de subemprego e desemprego oculto na agricultura portuguesa, que é frequente, teima em confundir dois problemas: um, o da existência de excedentes de mão-de-obra a que importaria pôr cobro, e outro, o da existência de formas de produção e produtores não inseridos plenamente no quadro de relações mercantis dominantes na formação portuguesa. Aquele é um fenómeno de conjuntura que pode ou não ocorrer com maior ou menor persistência, cuja correcção deveria resultar do próprio funcionamento dos mercados de trabalho; mas o segundo constitui uma solução histórica e estruturalmente precisa em matéria de função alimentar, uma forma de articulação com o desenvolvimento urbano-industrial em que «perto de 3/4 das explorações agrícolas portuguesas [se] encontram, nos finais dos anos 70, ainda voltadas sobre si mesmas, produzindo para o autoconsumo e, como tal, não são atingidas por políticas de preços e mercados»<sup>21</sup>.

Por outro lado, o facto de a produtividade do trabalho agrícola quase se não atrasar em relação à produtividade agregada nas situações de mais extensa mercantilização da produção agrícola não deverá levar-nos a anatemi-  
zar as situações de resistência à mercantilização, mas sim, caso se queira lan-  
çar anátemas, o recurso às mesmas categorias de análise para lidar com  
fenómenos tão diferentes. No plano da economia nacional, a eficácia econó-  
mica das formas de produção não orientadas primordialmente para o mercado  
tem de ser avaliada sobretudo enquanto factor de embaratecimento dos  
custos de reprodução da força de trabalho urbano-industrial, por via dos  
sectores que mantêm vínculos com a actividade agrícola nas suas formas de  
exploração complementar e não autónoma.

<sup>21</sup> A. Cortês Lobão, art. cit. in *op. cit.*, p. 195.

Noutros termos, constitui relevante factor de sobreexploração de assalariados industriais (em analogia com uma boa parte do assalariamento agrícola), pois, «a mais-valia total [que sobre eles pesa] é constituída não apenas pelo sobretrabalho extorquido durante o período de emprego, mas igualmente por todo o valor necessário à manutenção do trabalhador fora do período de trabalho na empresa capitalista»<sup>22</sup>. Quer dizer, mesmo o que é vendido no mercado, nestas situações de agricultura, pode desempenhar, para a economia nacional, uma função equivalente à do autoconsumo.

#### 4. RELAÇÕES DE TROCA INTERSECTORIAIS

Sabemos como actua o processo de mercantilização da produção agrícola em formas predominantemente familiares, do ponto de vista da subordinação desta esfera de produtores aos imperativos e à lógica de acumulação capitalista urbana. A aquisição generalizada de factores produtivos à indústria, o endividamento à banca e a venda da maior parte da produção aos mercados urbanos e à agro-indústria permitem, na verdade, a criação de mecanismos de extorsão eficazes dos ganhos de produtividade agrícola<sup>23</sup>.

A resistência bem sucedida (por razões históricas e/ou circunstanciais) à mercantilização coloca os produtores agrícolas independentes numa situação diversa: sempre que existam meios suficientes para fazer vingar a reprodução não mercantilizada de formas de produção agrícola, tais mecanismos de extorsão, que actuam por via das relações mercantis, têm a sua eficácia fortemente limitada e a pressão objectiva para transferir alhures os ganhos de produtividade agrícola dificilmente se exerce.

À luz desta perspectiva, procuremos situar então a evolução dos preços relativos agrícolas e não agrícolas da década de 50 para cá, em Portugal.

##### Índices de preços implícitos na década de 1950(a)

[QUADRO N.º 5]

| Anos       | Agricultura,<br>silvicultura<br>e caça | Outros<br>ramos | Transformadoras e<br>construção civil |
|------------|----------------------------------------|-----------------|---------------------------------------|
| 1950 ..... | 97                                     | 98              | 96                                    |
| 1951 ..... | 102                                    | 102             | 103                                   |
| 1952 ..... | 106                                    | 103             | 104                                   |
| 1953 ..... | 100                                    | 103             | 105                                   |
| 1954 ..... | 100                                    | 100             | 100                                   |
| 1955 ..... | 104                                    | 100             | 100                                   |
| 1956 ..... | 109                                    | 103             | 103                                   |
| 1957 ..... | 109                                    | 105             | 105                                   |
| 1958 ..... | 110                                    | 105             | 105                                   |

(a) O índice é  $1 = \frac{\text{valor acrescentado bruto a preços correntes}}{\text{valor acrescentado bruto a preços de 1954}} \times 100$  para cada ramo considerado.

Fonte: INE, *O Rendimento Nacional Português*, «Colecção Estudos», n.º 34, 1960, pp. 314-317.

<sup>22</sup> Ch. Bernard, «Les approches du chômage déguisé dans l'agriculture des pays sous-développés (bilan critique)», in *Cahiers de l'ISMEA*, vol. XIV, n.º 1, Paris, 1980.

<sup>23</sup> Ver Eduardo de Freitas e outros, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura*, Presença, 1976, cap. I.

Perante os dados disponíveis, parece poder afirmar-se com segurança que, no decurso da década de 50, os agricultores viram, em termos médios, os preços a que venderam os seus produtos aumentarem a ritmo mais veloz do que os dos produtos não agrícolas. Com efeito, os índices de preços implícitos nas séries do produto interno bruto acusam uma mudança de ritmo de crescimento dos preços médios agrícolas, suplantando o dos outros sectores, na segunda metade da década, tal como se lê no quadro n.º 5.

Esta mesma evolução foi prosseguida nas décadas seguintes. Entre 1960 e 1970, os preços agrícolas aumentaram perto de 50% em relação à estrutura de preços relativos do ano-base (1963), enquanto, nas restantes produções da economia portuguesa, o aumento médio ronda os 30%, como se dá conta no quadro n.º 6. De então para cá, tal tendência não deixou de se manifestar.

**Índices de preços implícitos de 1960 a 1976  
em alguns ramos de actividade económica (1963 = 100)**

[QUADRO N.º 6]

| Anos       | Agricultura, silvicultura e caça | Outros ramos | Indústria transformadora | Construção e obras públicas |
|------------|----------------------------------|--------------|--------------------------|-----------------------------|
| 1960 ..... | 99                               | 96           | 95                       | 95                          |
| 1961 ..... | 99                               | 98           | 98                       | 101                         |
| 1962 ..... | 98                               | 99           | 96                       | 100                         |
| 1963 ..... | 100                              | 100          | 100                      | 100                         |
| 1964 ..... | 104                              | 101          | 100                      | 100                         |
| 1965 ..... | 112                              | 101          | 105                      | 99                          |
| 1966 ..... | 126                              | 111          | 107                      | 101                         |
| 1967 ..... | 128                              | 115          | 107                      | 118                         |
| 1968 ..... | 128                              | 113          | 107                      | 119                         |
| 1969 ..... | 141                              | 120          | 112                      | 121                         |
| 1970 ..... | 149                              | 123          | 115                      | 123                         |
| 1971 ..... | 163                              | 129          | 116                      | 137                         |
| 1972 ..... | 181                              | 138          | 127                      | 159                         |
| 1973 ..... | 212                              | 149          | 138                      | 175                         |
| 1974 ..... | 245                              | 178          | 171                      | 224                         |
| 1975 ..... | 248                              | 211          | 193                      | 280                         |
| 1976 ..... | 341                              | 239          | 229                      | 321                         |

Fonte: INE, *As Contas Nacionais Portuguesas: 1958-1971*, «Coleção Estudos», n.º 46, 1974; *Contas Nacionais. Estimativas de 1970 a 1976*, 1978.

Estas séries responsabilizam a agricultura de acentuadas pressões inflacionárias. Todavia, o que nos ocupa aqui é o confronto entre compras e vendas dos agricultores, isto é, os exactos termos de troca intersectoriais. Aceitando a ponderação do produto agrícola bruto como fiel às efectivas proporções em que os agricultores vendem a parte comercializada da sua produção, interessa-nos lançar luz sobre a provável evolução das compras aos restantes sectores da economia para possibilitar, ainda que de modo imperfeito, o confronto entre esses dois lados da economia familiar camponesa.

Colocados nesta perspectiva, cedo nos apercebemos de que a variedade de tipos de exploração agrícola e de agricultores dificulta em muito a construção de um índice representativo das compras dos agricultores. Há, pois, que introduzir hipóteses simplificadoras.

Fazendo abstracção de outras situações, consideremos as famílias cuja economia doméstica coincide com a da empresa agrícola. Recorrendo às estimativas existentes da dimensão económica das explorações agrícolas de mão-de-obra predominantemente familiar<sup>24</sup>, sabemos que estas 700 000 explorações originavam, aproximadamente, 58% do PAB do continente, nos anos de 1968-70 (e aos preços correntes de 1970). Tomemos como hipóteses as seguintes:

- a) Esta percentagem mantém-se ao nível do valor bruto da produção e da formação bruta do capital fixo;
- b) Não houve alterações significativas entre 1968-70 e 1974;
- c) Este valor é independente da taxa de autoconsumo.

Definimos a despesa D destas famílias como:

- (1)  $D = \text{consumo pessoal (A)} + \text{consumos intermediários (B)} + \text{formação bruta de capital fixo (C)}$

Podemos determinar a estrutura interna de D, em termos médios, para o ano de 1974 como se apresenta no quadro n.º 7.

**Estrutura da despesa média da família agrícola em 1974 (em escudos)**

[QUADRO N.º 7]

| Despesas | A preços de 1974 | Percentagem | A preços de 1963 | Percentagem |
|----------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| A .....  | 50 415           | 75,2        | 22 916           | 70,6        |
| B .....  | 14 050           | 20,9        | 8 216            | 25,3        |
| C .....  | 2 629            | 3,9         | 1 335            | 4,1         |
| D .....  | 67 094           | 100,0       | 32 467           | 100,0       |

Fonte: INE, *Inquérito às Despesas Familiares* (1973-74); GEBEI, *Sistema de Matrizes* (60 x 60) — 1974.

Repare-se que estes valores (a preços correntes) traduzem uma situação em que D excede o rendimento bruto médio estimado para as explorações familiares, segundo as hipóteses supra, que é de 52 450\$, o que se pode tomar como significando estar a economia destas famílias dependente em avultadíssimo número de casos de rendimentos originados fora da agricultura.

Fixada esta estrutura, passemos à elaboração de um índice de preços das compras dos agricultores (IPC) para o ano t, sendo o ano-base um dado  $t = 0$ . Tem-se:

$$(2) \text{ IPC} = \frac{\text{compras dos agricultores no ano } t \text{ a preços de } t}{\text{compras dos agricultores no ano } t \text{ a preços de } t = 0} = \frac{D^t}{D^0}$$

Em virtude da definição (1), (2) é equivalente a:

$$(3) \text{ IPC} = \frac{(A + B + C)^t}{(A + B + C)^0} = \frac{A^t + B^t + C^t}{A_0^t + B_0^t + C_0^t}$$

Desenvolvendo, vem

$$(4) \text{ IPC} = \frac{A_o^t}{D_o^t} \times \frac{A^t}{A_o^t} + \frac{B_o^t}{D_o^t} \times \frac{B^t}{B_o^t} \times \frac{C_o^t}{D_o^t} \times \frac{C^t}{C_o^t}$$

Designando os índices de preços de cada uma das componentes de D por

$$\text{IPCA} = A^t / A_o^t$$

$$\text{IPCB} = B^t / B_o^t$$

$$\text{IPCC} = C^t / C_o^t$$

é, finalmente:

$$(5) \text{ IPC} = \frac{A_o^t}{D_o^t} \times \text{IPCA} + \frac{B_o^t}{D_o^t} \times \text{IPCB} + \frac{C_o^t}{D_o^t} \times \text{IPCC}$$

Sendo o ano-base 1963, adoptemos os seguintes<sup>25</sup>:

IPCA = índice de preços no consumidor na cidade do Porto,

IPCB = índice de preços implícito nas séries de valor acrescentado bruto da indústria transformadora (Contas Nacionais),

IPCC = índice de preços implícito nas séries de formação bruta de capital fixo (Contas Nacionais),

e aceitando a constância da estrutura de D em todo o período de análise, fixando-a nos valores de 1974 (quadro n.º 7), a equação (5) ganha a forma

$$(6) \text{ IPC} = 0,706 \times \text{IPCA} + 0,253 \times \text{IPCB} + 0,041 \times \text{IPCC}$$

Feitos os cálculos, obtemos a série que consta da segunda coluna do quadro n.º 8.

A ilação fundamental que se retira do quadro n.º 8 é que, no decurso das três décadas posteriores à segunda guerra mundial, os termos de troca que presumivelmente afectaram as condições em que os agricultores compraram e venderam factores e produções não registam degradação, bem ao contrário, à excepção de dois curtos períodos: 1968-70, coincidente com o surto tecnocrático da primeira fase do marcelismo, e 1974-75, a seguir ao derrube da ditadura.

A relação dos agricultores portugueses com o mercado, por razões que importa dilucidar, parece ser a de terem impedido durante o largo período de acelerado desenvolvimento urbano-industrial do pós-guerra a sistemática transferência dos ganhos de produtividade do trabalho agrícola através do mercado para a economia de sede urbana.

E não se julgue que tal facto deriva essencialmente do acentuado intervencionismo estatal em matéria de preços e dos subsídios, pois os resultados

<sup>25</sup> Uma superior desagregação de D poderá aperfeiçoar o índice agregado. Todavia, a marcha global do índice não virá, no essencial, alterada. Outros procedimentos confirmam o mesmo fenómeno, como o que noutra oportunidade apresentámos (cf. F. Ribeiro Mendes, «Evolução global dos preços favorável ao rendimento agrícola», in *Diário de Notícias*, suplemento económico de 17 de Setembro de 1979).

## Índices de compras e vendas dos agricultores

[QUADRO N.º 8]

| Anos       | IPC | IPV (a) | IPC/IPV |
|------------|-----|---------|---------|
| 1958 ..... | 92  | 95      | 0,968   |
| 1959 ..... | 93  | 96      | 0,969   |
| 1960 ..... | 96  | 99      | 0,969   |
| 1961 ..... | 96  | 99      | 0,969   |
| 1962 ..... | 97  | 98      | 0,989   |
| 1963 ..... | 100 | 100     | 1,000   |
| 1964 ..... | 102 | 104     | 0,981   |
| 1965 ..... | 107 | 112     | 0,955   |
| 1966 ..... | 113 | 126     | 0,897   |
| 1967 ..... | 117 | 128     | 0,914   |
| 1968 ..... | 122 | 128     | 0,953   |
| 1969 ..... | 134 | 141     | 0,950   |
| 1970 ..... | 151 | 149     | 1,013   |
| 1971 ..... | 147 | 163     | 0,902   |
| 1972 ..... | 161 | 181     | 0,889   |
| 1973 ..... | 180 | 212     | 0,849   |
| 1974 ..... | 226 | 245     | 0,922   |
| 1975 ..... | 265 | 248     | 1,068   |
| 1976 ..... | 311 | 341     | 0,912   |

(a) Índice de preços agrícolas implícito nas séries do PAB (*Contas Nacionais*).

Fonte: INE, *Contas Nacionais e Anuários Estatísticos*.

que atrás obtivemos, embora abranjam estes, quanto àqueles, sucede que são os preços mais fortemente condicionados pelo Governo os que andamento mais lento tiveram, como ressalta do quadro n.º 9.

Com efeito, à excepção dos cereais, o andamento dos preços no produtor por unidade da produção considerada ultrapassa frequentemente o andamento do IPC. A amplitude do fenómeno, é oportuno dizê-lo, está subestimada pelo processo de construção do IPC. Recorde-se que pesa fundamentalmente neste índice o IPCA, que identificámos com o índice de preços no consumidor na cidade do Porto. Ora tal hipótese ignora o facto de parte significativa das despesas englobadas em A, as alimentares, serem, em boa medida, autoconsumos. Também no IPCB, o índice adoptado não dá conta dos auto-aprovisionamentos dos agricultores.

Para esboçar adequada interpretação destes resultados importa ter presente alguns aspectos concernentes ao que vimos designando como função de oferta de meios intermediários para o desenvolvimento industrial e também a função de escoamento da produção industrial.

Quanto à primeira, reportando-nos ao ano de 1974, sabemos que o valor bruto da produção agrícola tinha a seguinte utilização <sup>26</sup>:

|                                                                    |      |
|--------------------------------------------------------------------|------|
| Consumos intermediários .....                                      | 53%  |
| (dos quais para as indústrias agro-alimentares e agricultura ..... | 39%) |
| Consumo privado .....                                              | 42%  |
| Exportação .....                                                   | 5%   |

# Índices de preços no produtor(a)

(1963 = 100)

[QUADRO N.º 9]

| Anos | Trigo | Milho | Arroz | Feijão | Batata | Azeite | Vinho | Carnes(b) |
|------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|-------|-----------|
| 1963 | 100   | 100   | 100   | 100    | 100    | 100    | 100   | 100       |
| 1964 | 100   | 99    | 106   | 97     | 85     | 100    | 100   | 119       |
| 1965 | 110   | 122   | 108   | 105    | 148    | 118    | 98    | 111       |
| 1966 | 108   | 116   | 115   | 130    | 175    | 118    | 134   | 119       |
| 1967 | 108   | 113   | 119   | 136    | 98     | 118    | 181   | 128       |
| 1968 | 108   | 114   | 127   | 148    | 108    | 129    | 170   | 117       |
| 1969 | 108   | 113   | 130   | 161    | 149    | 129    | 223   | 122       |
| 1970 | 108   | 109   | 133   | 161    | 109    | 129    | 197   | 151       |
| 1971 | 118   | 129   | 131   | 178    | 140    | 129    | 204   | 166       |
| 1972 | 118   | 129   | 129   | 193    | 189    | 147    | 279   | 194       |
| 1973 | 142   | 122   | 129   | 229    | 210    | 188    | 326   | 214       |
| 1974 | 118   | 180   | 180   | 329    | 259    | 325    | 248   | —         |
| 1975 | 164   | 249   | 220   | 513    | 381    | 300    | 288   | —         |
| 1976 | 164   | 249   | 244   | 695    | 551    | 418    | 374   | —         |

(a) Preços médios anuais ponderados.

(b) Retirado de J. A. Girão, *Natureza do Problema Agrícola em Portugal (1950-1973): Uma Perspectiva*, IGC, 1980.

Fonte: INE, *Estatísticas Agrícolas*.

A oferta de meios intermediários não alimentares constituía o destino directo de apenas 14% da produção total agrícola, com diminuto peso no total dos consumos intermediários dessas indústrias.

Quanto à função de escoamento no mesmo período, sabemos que os consumos intermediários, a formação bruta de capital fixo e a exportação constituíam o destino de cerca de dois terços da produção industrial portuguesa. Ora a intervenção da agricultura como compradora de bens de capital não ia além de um décimo da produção industrial respectiva. Ao nível dos bens de consumo pode supor-se fundadamente uma intervenção do sector ainda mais fraca.

A modéstia de tais solicitações por parte da indústria nacional, o largo papel concedido às formas produtivas não mercantis na função alimentar, requerido pelo surto industrial no Centro e Norte litorais do País, a marcada extroversão de importantes ramos da indústria e a persistência histórica e estrutural da emigração, ampliando a função de reserva de mão-de-obra para uma escala de internacionalização da nossa economia, estão na raiz da evolução das relações de troca intersectoriais que surpreendemos através do índice construído.

Uma específica combinação de soluções resistentes à mercantilização aos diversos níveis de articulação agricultura/desenvolvimento urbano-industrial teve como consequências principais as seguintes:

Em primeiro lugar, a cristalização de um certo papel «pré-capitalista» da propriedade fundiária e, possivelmente, da usura, como mecanismos decisivos de apropriação de sobretabalho camponês, isto é, enquanto relações de produção, sob formas transicionais, de que é exemplo a parceria, e o preço da terra (renda capitalizada) manteve-se como elemento preponderante dos encargos de produção em formas de agricultura familiar;

Em segundo lugar, o desenvolvimento de uma capacidade «positiva» do conjunto do sector agrícola de se afirmar perante os mercados, a montante como a jusante, na justa medida em que estava de posse de recursos alternativos aos rendimentos originados no mercado interno, tanto em matéria de subsistências como de financiamentos para o investimento produtivo, e desse modo pôde sustentar a pressão mercantil actuando no sentido da degradação dos termos de troca intersectoriais.

## 5. REPRODUÇÃO DAS FORMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS

As considerações finais do ponto anterior prendem-se à ampla problemática da reprodução das formas de produção agrícola. Sabemos que o movimento complexo de renovação das condições de produção se efectua no contexto da formação social, a qual, em combinação com a estrutura interna da unidade produtora, determina a reprodução, desagregação e transformação das formas produtivas historicamente desenvolvidas <sup>27</sup>.

Ora estes dois níveis de especificação — a formação social e a estrutura interna da unidade —, para além de produzirem a diferenciação básica entre formações agrárias mercantilizadas (no limite, a pequena produção mercantil) e formações agrárias resistentes à mercantilização, oferecem um extenso e rico campo de aprofundamento. O primeiro oferece-o quanto às funções de articulação agricultura/desenvolvimento urbano-industrial; o segundo, quanto à combinação de factores e actividades no quadro da unidade produtora, entendida esta no sentido amplo de feixe de relações que envolvem diversos agentes sociais detentores de factores e produtos e os estruturam em diversas classes sociais.

Tal aprofundamento requer, porém, instrumentos específicos de conhecimento, como sejam estudos monográficos e sectoriais, que escasseiam, e os resultados do mais recente recenseamento agrícola <sup>28</sup>, ainda não disponíveis. Nos limites do nível mais geral em que temos vindo a raciocinar, queremos todavia rematar com duas breves notas.

A primeira refere-se à questão do investimento agrícola.

Já atrás mencionámos a importância do preço da terra nos encargos de produção da agricultura familiar, mas interessa destacar as consequências que daí decorrem. Porque obriga a avultados investimentos em capital «fictício», na medida em que é renda fundiária capitalizada e não produz remuneração própria, contribui, por isto mesmo, para a conservação e o imobilismo das estruturas agrárias, designadamente as fundiárias. Todavia, os investimentos em «capital fundiário» são geralmente silenciados quando se recrimina o baixo nível de investimento agrícola. Por outro lado, os investimentos em capital fixo vivo não entram nos macragregados com que se caracteriza o investimento agrícola, mas eles são tanto mais importantes quanto a pecuária vem crescendo na agricultura portuguesa e a sua dimensão, relativamente aos outros investimentos, cresce no quadro das formas de produção familiares.

<sup>27</sup> H. Friedmann, art. cit., in *op. cit.*, p. 162.

<sup>28</sup> Assinalem-se em relação àqueles os trabalhos surgidos no I Colóquio de Estudos Rurais, Coimbra, Março de 1981.

Se aceitarmos que a formação bruta de capital fixo em agricultura serve principalmente para «exercer um constrangimento monetário sobre a agricultura através do endividamento camponês»<sup>29</sup>, podemos interrogar-nos: até que ponto a recriminação à parcimónia com que muitos agricultores têm investido em equipamentos vendidos pela indústria não significa, afinal, a verificação desagradada da resistência camponesa a um importante mecanismo de submissão da agricultura ao capital de sede urbana, resistência que, por seu lado, se alimentou de soluções particulares de articulação com o desenvolvimento desse mesmo capital?

A segunda nota refere-se ao fabuloso volume de transferências monetárias que o êxodo rural, sobretudo a emigração, fez afluir ao campo e cuja utilização foge a interferências directoras de agentes exteriores às comunidades de origem dos migrantes.

Injecções de dinheiro proveniente da venda de uma mercadoria em mercados remotos e que não resulta directamente do processo de trabalho agrí-

### Mecanização e emigração em 1968-70

[QUADRO N.º 10]

| Distritos              | Índice de<br>mecanização (a) | $\frac{\text{Remessas}}{\text{PAB}} \times 100$ |
|------------------------|------------------------------|-------------------------------------------------|
| Continente .....       | 9,0                          | 45,4                                            |
| Aveiro .....           | 10,3                         | 49,3                                            |
| Beja .....             | 5,1                          | 16,2                                            |
| Braga .....            | 33,3                         | 76,6                                            |
| Bragança .....         | 25,4                         | 47,9                                            |
| Castelo Branco .....   | 5,8                          | 61,1                                            |
| Coimbra .....          | 14,2                         | 28,0                                            |
| Évora .....            | 6,3                          | 6,3                                             |
| Faro .....             | 11,9                         | 57,0                                            |
| Guarda .....           | 22,2                         | 77,5                                            |
| Leiria .....           | 12,4                         | 72,0                                            |
| Lisboa .....           | 8,9                          | 71,2                                            |
| Portalegre .....       | 7,5                          | 4,2                                             |
| Porto .....            | 32,1                         | 59,9                                            |
| Santarém .....         | 8,3                          | 22,2                                            |
| Setúbal .....          | 8,3                          | 20,5                                            |
| Viana do Castelo ..... | 50,4                         | 81,7                                            |
| Vila Real .....        | 43,3                         | 55,9                                            |
| Viseu .....            | 6,1                          | 34,9                                            |

(a) O índice é  $\frac{\text{número de explorações com tractores em 1968}}{\text{número de explorações com tractores em 1952-54}}$  (retirado de E. Freitas e outros, *op. cit.*, p 97).

Fonte: V. Corregedor da Fonseca, *A Poupança ao Nível Regional*, Banco de Fomento Nacional («Estudos»), 1975.

cola enquanto tal, mas que, em contrapartida, habilitou os seus beneficiários a adquirir, sem vender, as terras, os bens de consumo ou equipamentos a que aspiravam, a dialogar com fornecedores sem humilhações a jusante da produção agrícola, nem o recurso ao crédito e o consequente endividamento — tais injecções de dinheiro constituem, afinal, um dos factos mais perturbadores da «normal» extensão das relações mercantis à esfera da produção agrícola.

<sup>29</sup> C. Palloix, comun. cit., in *op. cit.*, p. 4.

Por um lado, tais transferências aliviaram a pressão para a intensificação produtiva que foi regra na Europa expansionista do pós-guerra. Na verdade, pode estimar-se o acréscimo de produtividade necessário para gerar idêntico volume de rendimentos através do trabalho agrícola, por parte dos que ficavam no amanho das terras, em 45% para o ano de 1970...

Por outro lado, a intensificação da mecanização coincide com o impacto diferenciado à escala distrital das remessas dos emigrantes, a dar fê às estimativas existentes, conforme se vê no quadro n.º 10.

À excepção de Lisboa, Castelo Branco e Coimbra, a posição dos distritos relativamente à média nacional é semelhante em ambos os indicadores. O esforço de mecanização agrícola na década de 1960 tem alguma correlação com o volume de remessas de emigrantes e pode supor-se fundamentadamente que não está associado a um processo violento de endividamento camponês, como sucedeu noutras latitudes.

Importa colocar, como já antes disséramos, o processo de mercantilização no centro dos nossos raciocínios quanto à agricultura portuguesa. Se é certo que, em capitalismo, «*o mercado é intrinsecamente uma estrutura de poder*, em que a posse de certos atributos dá vantagem a alguns agrupamentos de indivíduos relativamente a outros»<sup>30</sup>, não menos certo é que entre esses atributos estão, no caso português, alguns que se constituem em relevantes factores de entrave ao progresso da mercantilização das formas de produção agrícolas.

Os efeitos de um violento processo de internacionalização pela emigração da força de trabalho camponesa puderam, na verdade, ser geradores de resistência mais folgada por parte de significativas faixas do campesinato em relação à agressividade (moderada) do capitalismo nacional.

---

<sup>30</sup> Anthony Giddens, *The Class Structure of the Advanced Societies*, Hutchinson of London, 1973, p. 102.